

Vol XV, Núm 2, jul-dez, 2022, pág. 106-131.

A QUESTÃO AMBIENTAL SOB A PUJANTE DO ESTADO EM CRISE

Bárbara Cristina Kruse
Luíz Alexandre Gonçalves Cunha

Resumo: A crise ambiental e a crise sanitária eclodida no final de 2019, por vírus altamente infeccioso, o Sars-CoV-2, e a rapidez com que o mesmo se alastrou afetaram mundialmente as previsões políticas e econômicas dos próximos anos. Este artigo tem como objetivo analisar a visão hegemônica do sistema capitalista em contrapartida das crises sistêmicas. O que se pondera no escrito, neste sentido, é a imprescindibilidade de uma mudança paradigmática atual, tanto no que tange à cultura capitalista da obsolescência programada quanto na visão econômica utilitarista da natureza. Para tanto, o caminho a ser trilhado permeia em uma educação para além do capital. A metodologia de pesquisa utilizada é a qualitativa exploratória, baseada na revisão de literatura.

Palavras-chave: crise do capital; crise ambiental; questão ambiental; políticas públicas ambientais.

THE ENVIRONMENTAL QUESTION UNDER THE THRUST OF THE STATE IN CRISIS

Abstract: The environmental crisis and the health crisis that erupted at the end of 2019, by a highly infectious virus, Sars-CoV-2, and the speed with which it spread worldwide affected political and economic forecasts for the coming years. This article aims to analyze the hegemonic vision of the capitalist system in contrast to systemic crises. What is pondered in the writing, in this sense, is the indispensability of a current paradigm shift, both with regard to the capitalist culture of programmed obsolescence and in the utilitarian economic view of nature. Therefore, the path to be followed permeates education beyond capital. The research methodology used is exploratory qualitative, based on a literature review.

Keywords: capital crisis; environmental crisis; environmental issue; public environmental policies.

Introdução

A utilização desenfreada dos recursos naturais em especial após as Revoluções Industriais causara danos irreversíveis ao ambiente. A constatação das mudanças ambientais e da escassez dos recursos engendraram nas discussões mundiais pouco depois da metade do século XX. A consciência ambiental e as preocupações de como reverter a iminente crise ambiental, em que pese serem pautas de encontros internacionais, não vislumbraram resultados práticos até os dias atuais.

A profundidade da questão ambiental interpela ações impreteríveis e urgentes, ao passo em que a escala temporal para reposição dos recursos naturais se dá na escala geológica, ou seja, de milhões de anos para sua formação, diversamente da escala temporal humana. Ademais, não se trata apenas da adoção de novos instrumentos tecnológicos na tentativa de superar imbróglis ambientais, eis que é necessário, também, uma substituição de toda uma cultura consumerista e capitalista já consolidada.

Tal substituição somente se faz possível pelo viés educacional crítico e emancipatório, eis que, a questão ambiental nos ditames capitalistas tende ao esgotamento dos recursos naturais e à destruição ambiental. A crise ambiental, neste viés, é mais do que uma crise que tende ao colapso da vida humana, mas, também, perfaz-se em uma crise que afeta e afetará toda biodiversidade do planeta.

Nessa linha de pensamento, as projeções científicas de pesquisadores do MIT, entre os anos de 1972 a 2007, demonstrou que o cenário catastrófico ambiental somente se acentuou. Não houve nenhuma mudança ou política significativa que conseguisse reverter o trágico cenário ambiental previsto para 2050. E mais, um novo estudo publicado pela Universidade de Yale, por Gaya Herrington, em 2020, denominado de “*Update to limits to growth*” confirma as previsões dos cientistas desde 1972. Conforme Harrington (2020) pondera, as projeções do MIT foram comparadas utilizando-se de dados empíricos. A pesquisa, portanto, atualizou as comparações já realizadas e as recalibrou para uma versão mais recente.

Deste modo, é provável que se a humanidade não mudar os hábitos do descarte e continuar visando apenas o crescimento econômico e ignorando os custos ambientais e sociais, a sociedade contemporânea provavelmente experimentará um declínio acentuado (um colapso), ainda no século XXI. Conforme aponta Harrington (2020, p. 10) “os desenvolvimentos gerais não são muito diferentes, já que a previsão inclui

consumo e estagnação do PIB em meados do século seguido de quedas (...) (tradução nossa).

Além disso, Harrington (2020) também menciona o problema de poluição ocasionado pelo plástico. Dada a contextualização ambiental, o objetivo desse artigo é analisar as crises cíclicas do capital, em conjunto com a questão ambiental e a crise sanitária global do final de 2019. Para tanto, a metodologia de pesquisa utilizada é a qualitativa exploratória, baseada na revisão de literatura e nos relatórios científicos ambientais. A importância do artigo, deste modo, se dá tanto para as ciências sociais quanto para as ciências ambientais, na medida em que se intenta expor os iminentes perigos e catástrofes que a questão ambiental delinea para os próximos anos.

Crises do Capital e Estado de Bem-Estar Social

As crises do capital foram analisadas por Karl Marx ao vivenciar contradições inerentes decorrentes do sistema em que vivia. Até mesmo porque, Marx presenciou durante sua vida duas grandes crises sistêmicas, nos anos de 1847 e 1857 (CASTRO & DIAS, 1992). A proposição marxiana, neste sentido, é a de que as crises são intrínsecas do sistema do capital e, exatamente por isso, um dia o mesmo haveria de entrar em colapso, pois as adversidades danosas seriam devastadoras. A ruptura metabólica, neste sentido, decorreria materializada pela fome, pelo desemprego e pela miséria generalizada¹.

Após a morte de Marx, as crises do sistema capitalista continuaram e de forma igual ao que o pensador propalou em uma intensidade gradualmente maior. A quebra da bolsa de valores, em 1929, evidenciou a derrocada da teoria liberal baseada no livre mercado e na mão invisível, conceitos introduzidos por Adam Smith, predecessor de Marx (POLANY, 1980). Juntamente com o receio dos grandes países capitalistas perderem mercados pela iminente ameaça comunista, liderada pela implantação do

¹ Desde a década de 80, intelectuais marxistas se esforçam para acrescentar a ecologia no viés socialista. Ao revisar escritos de Marx, uma nova corrente ascende denominada de ecossocialismo, alegando que Marx ainda em “O Capital” chegou a considerar o papel dos limites da natureza na produção e reprodução da vida. Neste sentido, a ruptura metabólica adviria pela irreparabilidade que a reprodução do capital ocasionaria perante a natureza. Para os ecossocialistas, Marx dá sinais de que um dia o ser humano haveria de lutar contra os efeitos nocivos causados na natureza, dado que ela seria o fundamento da produção e da satisfação das necessidades humanas. Logo, o ecossocialismo é uma atualização do socialismo incluindo a ecologia e uma recalibração do pensamento marxista (FERNANDES, 2019). Porém, é oportuno mencionar também que tal vertente marxista é polêmica e encontra resistência entre os marxistas mais ortodoxos, eis que muitos consideram o pensamento anacrônico.

socialismo em 1917 na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a remodelação do sistema tornou-se inevitável.

O resultado dessa remodelação foi a incorporação do *New Deal* pelo ex-presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt (1933-1937), que adotaria ações econômicas intervencionistas fomentadas por debates suecos e posteriormente pelas teorias do economista John Maynard Keynes (1883-1946). Rompeu-se, assim, a visão mais ortodoxa do livre mercado e da mão-invisível, ao defender a intrínseca instabilidade do sistema capitalista.

Diferentemente de Marx, Keynes advoga que ao buscar maximizar seus ganhos, o comportamento individualista e racionalista dos agentes econômicos acaba por gerar crises que decorrem do livre mercado. Para Keynes tais crises derivam pelas insuficiências na demanda efetiva. Ainda na sua visão, os movimentos cíclicos do capitalismo decorrem das flutuações da demanda em associação com os movimentos de investimento (KEYNES, 1996)².

O caráter volátil das decisões de investimentos faz com que qualquer decisão de onde o capitalista deva investir, obriga-o a antever o futuro incerto do mercado. Todavia, se o capitalista estimar taxas de retorno maior que sua aplicação de recursos, a motivação para o investimento acarreta na sua efetivação. De outra sorte, a instabilidade econômica faz com que o capitalista postergue dispêndios monetários, agravando a instabilidade financeira e engendrando as crises. Para evitar a “acumulação improdutiva” e fomentar a demanda efetiva, Keynes defende a ação do Estado como elemento integrante e indispensável para um satisfatório desempenho do sistema econômico.

Em épocas de crise, Keynes defende que o Estado deve aumentar o fluxo e a distribuição da renda, afim de possibilitar a gradual recuperação da economia. Em momentos de recessão e desemprego, o Estado deve emitir “títulos para extrair a “renda não gasta” do setor privado e com ela garantir que as máquinas ociosas voltem a operar” (KEYNES, 1996, p. 14). Keynes ainda aponta a “poupança excessiva” como um dos grandes motivos para a depressão econômica, na medida em que a poupança “representa carência de investimento e ociosidade de máquinas e homens” (Ibid).

² É importante mencionar que Keynes não era adepto de Marx e sua teoria se fez na tentativa de consertar o sistema capitalista. Em contrapartida, Marx analisa o sistema do capital como inconsertável, além de propor a revolução proletária visando impedir danos colaterais advindos da ciclicidade sistêmica.

Para a teoria keynesiana, cabe ao Estado assegurar a produção do mercado. Defende ainda, que o ideal é o pleno emprego (quando se tem a capacidade produtiva instalada funcionando perto dos 100%), adotando uma posição contrária ao capital rentista, pois para ele o capital tem que investir e gerar o ciclo. Ademais, Keynes elabora a abordagem macroeconômica, ao defender que o Estado deve recorrer a políticas que financiem a produção, possibilitem linhas de crédito e reduzam a microeconomia (teoria da firma, a qual busca maximizar ganhos e reduzir custos).

Os ensinamentos de Keynes juntamente com a 2ª Guerra eclodida em 1939 foram fundamentais para a saída da crise capitalista de 1929, eis que predisporiam o crescimento sem precedentes do capitalismo industrial. Além disso, a não participação direta de conflitos bélicos território estadunidense propiciou o triunfo econômico norte-americano. Assim, o mundo pós-guerras na adoção dos pressupostos keynesianos, acarretaram em políticas intervencionistas estatais. De modo efetivo, a aplicação da teoria do Estado de Bem-Estar Social conseguiu salvar as ruínas do sistema capitalista³ (KRUSE, 2021).

Entretanto, a incorporação de tais políticas sociais pelo Estado somente maquia a finalidade da reprodução do capital, qual seja a de manter a classe dominante no poder. Para Gramsci (1971, *apud* Garcia 2010), a adoção de políticas sociais faz parte do sacrifício econômico-corporativo que o grupo dominante fez para continuar no poder político e, também, para apaziguar desgostos da classe proletária e eventuais revoluções. Deste modo, os direitos sociais apresentados e concebidos como universais camuflam a luta de classes e a manutenção de privilégios.

Tais serviços supostamente universais e visando o bem comum, dissimulam a realidade mantenedora da classe dominante. Logo, para Gramsci (1984), a burguesia dispersa o discurso hegemônico, sendo assim a portadora da hegemonia. Esta hegemonia se solidifica nas estruturas de poder e persiste na exploração do proletariado, de igual forma que incorpora no mundo uma visão que estabelece relações de poder invisível, entre as classes que compõem a burguesia e a massa dos trabalhadores. Por meio da hegemonia, tem-se a falsa impressão de que se é livre. A hegemonia carrega,

³ Para a vertente do marxismo, refuta-se a ideia de que o *Welfare State* salvou o capitalismo. Nessa visão, nada foi salvo, apenas postergou-se a ruína sistêmica, ao passo que as crises do capital são inerentes à dinâmica ampliada da sua reprodução, independente de políticas liberais ou social-liberais. A questão que se pondera no escrito é que a injeção de dinheiro na economia em épocas de crise consegue amenizar os efeitos da mesma.

portanto, o poder oculto que movimenta os sujeitos e as práticas sociais, ainda que eles não a percebam.

Ao materializar a ideologia da classe burguesa, o Estado se apresenta como representante do interesse geral e do bem-estar comum, incumbindo-se diretamente nas funções econômicas. Tal incumbência oculta, das classes populares o real conteúdo da classe burguesa como dirigente hegemônico do próprio Estado (POULANTZAS, 1985). Na prática, o Estado capitalista e moderno, faz borbulhar o fato de que a teoria política vai gradualmente perdendo seu sentido, caminhando em unívoca direção: obedecer aos ditames, interesses e ordens do capital. Para Nicos Poulantzas “o Estado opera cada vez mais no núcleo da reprodução do capital” (Ibid., p. 192).

O mundo pós-guerras (após 1945), regulado pelos princípios fordistas de acumulação, expandiu de maneira laudável as políticas sociais. O Plano Marshall⁴ também contribuiu de forma decisiva para a recuperação econômica dos principais países capitalistas europeus, além de ser determinante na incorporação de capital estadunidense nas economias do velho continente. A intenção de tal benevolência, no entanto, era com o claro intuito de afastar tais países do perigo comunista.

A expansão do intervencionismo estatal, possibilitou a época de ouro do capitalismo, que durou aproximadamente 30 anos (1950-1980):

A adoção de políticas keynesianas, centradas na ideia de pleno emprego, faria com que esses estados nacionais passassem a ampliar o volume de suas intervenções e seu caráter regulador, tanto nos aspectos econômicos, como por exemplo, na produção de bens e serviços, quanto nos aspectos sociais da vida coletiva, como por exemplo, a institucionalização de sistemas de proteção social. Tais políticas manteriam um fôlego de várias décadas, chegando o período a ser conhecido como “os trinta anos dourados” (DI GIOVANNI, 2009, p. 12-13).

⁴ Segundo o Dicionário Político Marxista (2021, s.p), o Plano Marsheall foi um “plano elaborado pelos Estados Unidos e destinado à recuperação dos países da Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial. Seu nome oficial era Programa de Recuperação Europeia, mas ficou conhecido como nome do Secretário de Estado George Marshall. O Plano foi elaborado após uma reunião com os Países europeus em julho de 1947. A União Soviética e os países da Europa Oriental foram convidados a participar, mas se recusaram. Durante os seus quatro anos de funcionamento transferiu cerca de 13 bilhões de dólares (em valores da época) a título de assistência técnica e econômica”.

Na iminência desses anos dourados é que a questão ambiental entra em ascensão. Com o cenário econômico favorável, as reflexões de cunho supra-humano tornaram-se possíveis. Em 1962, o livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson tornou-se um *best-seller* e a bióloga foi condecorada como a “mãe do ambientalismo”. O livro faz uma crítica negativa quanto ao uso de pesticidas nos Estados Unidos (EUA), analisando seus danos ambientais e os efeitos nocivos para a saúde humana (BONZI, 2013).

Posteriormente ao livro, ascendem vertentes ecológicas de pensamento, juntamente com a visão crítica ao estilo de vida moderno, qual seja consumerista e degradante do ambiente. Já nos anos 70, o conceito de crise ambiental ascende, na medida em que se constata desajustes nos recursos energéticos, naturais e de alimentos (AGUIAR, 2008).

A ideia de escassez dos recursos ambientais adentrou no cenário mundial com a publicação do Relatório “*The Limits to Growth*” (“Os Limites do Crescimento”), em 1972, pelo Instituto Tecnológico de Massachussets (MIT) que se consolida uma visão negativa quanto aos problemas socioambientais contemporâneos. Na Conferência de Estocolmo, também realizada no mesmo ano, critica-se: “o ritmo acelerado de industrialização, o rápido crescimento demográfico, a desnutrição generalizada, o esgotamento dos recursos naturais não-renováveis e a deterioração ambiental” (MEADOWS, *et al*, 1978, p. 17). A ideia central do Relatório, baseia-se na visão central de que o futuro ambiental tende a ser catastrófico se o estilo de vida contemporâneo não for modificado.

Com base em dados matemáticos e informacionais (programa World3), calculou-se que a vida humana estaria em perigo no ano de 2050, caso nenhuma mudança fosse realizada pois a projeção é o posfácio do esgotamento de recursos naturais. As projeções do MIT rematam, ainda, num colapso ambiental iminente do ano de 2100, derivado do aumento da taxa de mortalidade, escassez de alimentos e serviços sanitários. O caráter crítico do Relatório, chegou a propor o crescimento zero em prol do freio da expansão ilimitada da sociedade acerca dos recursos naturais, em especial os não renováveis.

Na década de 80, no entanto, a questão ambiental passou a ser colocada em xeque, quando os cânones neoliberais passam a ser difundidos e aceitos (DI

GIOVANNI, 2009). Os indícios do declínio do Estado de bem-estar social, tornaram-se claros com a transição do sistema fordista para o de acumulação flexível do capital. Ademais, o modelo de Bem-Estar Social passou a ser considerado insustentável para a reprodução do capital, pois é antagônico a ideologia de acumulação, ao passo que os direitos sociais são redistributivos e não cumulativos. A insustentabilidade de manutenção das políticas sociais, foi, portanto, devido ao alto orçamento destinado para as mesmas (GIDDENS, 2004)

Outros fatores também contribuíram para a crise do Estado de Bem-Estar Social, como é o caso das revoluções tecnológicas-informacionais que permitiram a mobilidade do capital, incapacitando o Estado de controlar a moeda de lastro. Além disso, tem-se o rompimento unilateral dos EUA no acordo de Bretton Woods, em 1971, que mantinha a taxa de juros no mercado financeiro. Com o rompimento deste acordo, os juros dispararam e os EUA adotaram a política monetária mundial no padrão dólar (diversamente do padrão ouro já posto) (FIORI, 2018). A década de 70, contou ainda com duas crises no petróleo, instabilizando o cenário mundial dado o preço disparado do barril.

A época de ouro capitalista começa a se desmoronar, retornando assim a posição mais pura da economia liberal, agora denominada de neoliberalismo. Neste contexto, Margareth Thatcher faz a frente neoliberal na Inglaterra e, Ronald Regan nos EUA, ambos adotando um discurso anti-comunista e anti-intervencionista. A volta da mão-invisível foi aclamada, na justificativa de contenção de gastos. Nessa adjacência, ocorre a desintegração de países da URSS, sinalizando uma crise no sistema oriental. O fim definitivo da URSS, no início da década de 90, contribuiu para os preceitos e políticas neoliberais, na medida em que o socialismo passou a ser visto como sinônimo de fracasso (FIORI, 1997).

A ideia do mérito, portanto, passa a fazer parte do cenário social, em contraponto dos ideais de igualdade e solidariedade. As novas relações mercadológicas de produção em massa, requalificação dos empregados para o mercado de trabalho e a precarização do emprego formal fazem parte dessa nova realidade capitalista. Harvey (2006) também aponta nesse sistema, a transferência da sede empresarial para países periféricos afim de maximizar o lucro. Propõe-se também, nesse contexto, a mínima intervenção do Estado no que tange aos direitos sociais. Logo, serviços sociais de saúde,

previdência e educação devem ser lançados a iniciativa privada, voltados àqueles com poder de compra. Isto porque, a ideologia neoliberalista propala a mercantilização da proteção social. Cresce assim, nesse contexto, o setor terciário de serviços, como medida de valorização do capital (COSTA, et al, 2014).

Questão Ambiental e Neoliberalismo

Após Estocolmo, novas Conferências Internacionais ambientais foram convocadas e em todas, há uma preocupação mundial quanto a evolução dos dados negativos ambientais. A escassez dos recursos naturais e a busca da estabilidade ecológica, ou seja, na modificação nos padrões de consumo atuais, como o *fast fashion*, se fazem muito presente nos estudos científicos contemporâneos. Entretanto, com o cenário neoliberal instalado, o mundo caminha em direção unívoca e oposta a questão ambiental.

O “Relatório de *Brundtland*” ou “Nosso Futuro Comum”, desenvolvido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente (CMMAD, 1991), a partir de 1987, apresenta pela primeira vez o conceito de desenvolvimento sustentável, o qual propõe a harmonização do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental. A premissa desse relatório é a de utilização de tecnologias limpas, para não comprometer as gerações futuras. A utopia, no entanto, se dá que o imperativo econômico capitalista se preocupará com o ambiente.

No entanto, o desenvolvimento sustentável desde a sua proposição não conseguiu realizar nenhuma melhoria efetiva no que tange aos indicadores ambientais, muito ao contrário. O estilo de vida capitalista pós-moderno não conseguiu incorporar em seus pressupostos analíticos abnegações ao extermínio ambiental, sob o risco de sofrer estagnação econômica. E a prova disso se dá nos fracassos dos encontros internacionais ambientais.

A Conferência Rio 92 se deu no intuito de discutir os resultados obtidos vinte anos depois da Conferência de Estocolmo em 1972, bem como estipular metas futuras. A Agenda 21, neste viés, consistiu em um documento extenso que abordava os problemas ambientais e implementava propostas e compromissos firmados entre os países participantes. Destaca-se também, a meta do Capítulo 33.13 que firmava o

compromisso dos países desenvolvidos em destinarem 0,7 do Produto Nacional Bruto para assistência de desenvolvimento sustentável aos países emergentes (AGENDA 21, 1992).

Ocorre que, esses encontros internacionais em que pese serem emocionantes, estão muito longe de ter algum resultado prático. Segundo Leis (1993, p. 85-86), ao analisar o cenário ambiental um ano pós Rio 92, constatou que “não havia nenhum dinheiro novo disponível (pelo menos para o ano em curso)”, bem como “desde a RIO 92 se tinha avançado muito pouco”. Além disso, na concepção desse pensador, os líderes políticos priorizam os postulados neoliberais ao invés dos anseios ambientalistas.

Avançando no tempo, a Rio+10 ou Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, no ano de 2002, aponta que cenário ambiental somente corrobora com a tese de que o ambiente não é prioridade no sistema capitalista. Ademais, o atentado no World Trade Center em Nova York em 11 de setembro de 2001, fez com que os EUA adotassem uma postura nitidamente apática as questões ambientais, voltando-se, apenas, para o cenário político e bélico.

Tanto é que, ainda em 2001 os EUA invadiram o Afeganistão como resposta aos atentados e, mesmo sem a autorização do Conselho da ONU, no ano de 2003, invadiram o Iraque sob o falso pretexto anti-terrorista e de armas químicas. A farsa de tal alegação veio à tona anos somente em janeiro de 2004 (SACONI & ENTINI, 2013). A questão ambiental, nesse panorama, foi tratada com descaso, na medida em que os EUA utilizaram mísseis, armas de fogo, bem como mataram milhares de civis e militares.

No ano de 2007, os mesmos cientistas do Clube de Roma (1968) vinculados ao MIT, lançaram o livro “Limites do Crescimento: A Atualização de 30 anos”, de Donella Meadows, Dennis Meadows e Jorgen Randers e que consistia numa atualização dos resultados obtidos ao longo desses anos. As projeções continuam sendo catastróficas e, o que mais impressiona são os cálculos precisos do *software* utilizado para a confecção de probabilidades do Relatório. Assim, o cenário ambiental ganhou conotação de uma ameaça iminente, bem como a utilização do conceito de *overshoot*, que assume o pressuposto de catástrofe presumida.

Outras projeções científicas de universidades diversas também apontam a iminência do colapso ambiental, caso os padrões atuais não sejam modificados, como é o caso do estudo de Gaya Herrington (2020). Ocorre que, a questão ambiental não

consegue ter políticas efetivas e maximizadas, em decorrência das nuances que derivam da reprodução incessante do capital. A perversa reprodução do capital no século XXI, trata com descaso a pobreza e a miserabilidade humana, bem como coloca em segundo plano a questão ambiental.

O ano de 2008, neste contexto, é outra prova de que a teoria marxiana das crises cíclicas do capital mostrou-se certa. Isto porque, ainda que novos pressupostos liberais fossem inseridos na dinâmica mercadológica e social, o *Laissez-Faire* eclodir-se-á nova crise do capital. A denominada bolha imobiliária, derivou dos altos índices de inadimplência nos EUA, bem como do alto número de crédito fictício disponibilizado no mercado, acarretando no endividamento dos cidadãos (HARVEY, 2011). A consequência de tal crise foi devastadora, tal como Marx previu. Desemprego em massa, pobreza generalizada, retração econômica, suicídios e desabrigados.

Novamente, a salvação das ruínas do sistema se dá com a injeção massiva de dinheiro estatal na economia. Tanto é que, um dos presidentes estadunidenses mais adeptos ao neoliberalismo George W. Bush, no momento de crise, discursou afirmando que uma intervenção estatal era necessária. O resultado foi a injeção de quase U\$ 700 bilhões estatais para acudir as instituições financeiras (FUGA, 2018). O que é, então, essa ideologia hegemônica de capitalismo puro, senão algo já fadado ao insucesso. O descaso com que o sistema econômico trata a vida, em todas as suas esferas bioecológicas, é que tende a fadá-lo ao colapso.

Isto porque, a visão tecnicista do capitalismo, que considera somente números, não questiona a qualidade social, ambiental ou da biodiversidade no planeta. É por isso que, o capitalismo na sua forma mais pura, tende a ser um sistema autodestruidor, na medida em que não considera o homem o protagonista ativo da história. A vida e as riquezas naturais, não podem ser objeto de coisificação, que segundo Marx, é a transformação de qualquer coisa em mercadoria, na medida em que seus valores são inestimáveis.

De outra sorte, em as discussões ambientais não demonstraram resultados significativos, tampouco, melhoria nos índices ambientais. A Rio +20, ocorrida no Rio de Janeiro no ano de 2012, deixou claro que nenhum avanço houve desde os compromissos assumidos da Rio +10. É certo então que “grosso modo, os encontros

internacionais para discutir os problemas ambientais não levam a lugar nenhum” (HARVEY, 2016, p. 237).

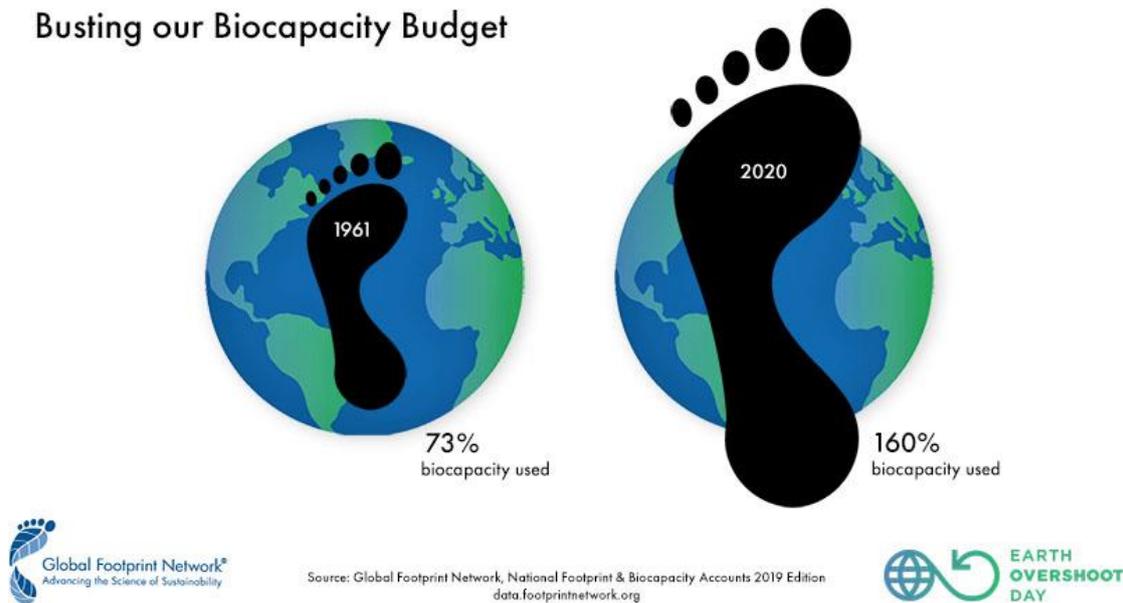
A premonição é de que se os hábitos de consumo da vida humana não diminuïrem, o ano de 2050 adentrará em um cenário ambiental catastrófico. No entanto, o mais grave de tudo, é que o ritmo de destruição natural, continua a todo vapor no século XXI, pois a divulgação do *Global Environment Outlook (GEO-5) em 2002 e do Global Environment Outlook 6 (GEO-6) em 2019, reafirmam que “a utilização irracional dos recursos ambientais, demonstra a ineficácia das políticas adotadas, que evidenciam que a gestão ambiental permanece refêm dos interesses do capital” (STEFANIAK, 2016, p. 55).*

É, portanto, “a arrogância e os interesses particulares de certas facções do capital (e de certos governos e aparelhos de Estado capitalistas), que têm o poder de contestar, atralhar e evitar ações que ameacem seus lucros, sua competitividade e seu poder econômico” (HARVEY, 2016, p. 237). Ademais, a pegada ecológica humana, que consiste no cálculo do impacto humano no planeta, em decorrência dos hábitos consumeristas e no estilo de vida atual, demonstra desde o final do século XX, que o ser humano consome mais recursos naturais do que a capacidade da Terra de regeneração.

No ano 1999, os dados já apontavam que seria necessário 1,2 planeta para suportar os impactos decorrentes das atividades antrópicas, enquanto que no ano de 2012 esse número aumentou para 1,64 planetas (DIAS, 2011). Abaixo, demonstra-se, ilustradamente, o que significa o termo pegada ecológica, segundo organização internacional de pesquisa, Earth Overshoot Day (2021):

Estourando Nossa Biocapacidade (2020)

Busting our Biocapacity Budget



Fonte: Earth Overshoot Day (2021)

A luta pela questão ambiental se mostra necessária para a própria sobrevivência humana na Terra. Isto pois, o consenso científico, resta claro ao afirmar que o aumento na temperatura da Terra é uma realidade, bem como que os recursos naturais estão próximos do fim. Além disso, o problema decorrente do que fazer com tanto lixo decorrentes da obsolescência programada é outra indagação que paira em todos os países. Isto pois, no planeta não existe jogar fora e, por consequência, qualquer lugar de descarte tende a ser afetado negativamente.

O descaso com a questão ambiental, outrossim, tende em um futuro iminente a fazer com que a natureza cobre tantos anos de exploração. Isto porque, se a previsão dos dados do Relatório “Os Limites do Crescimento” de 1972 continuar correta (como restaram certas em 2007, com a atualização do relatório), em 2050 o atual índice de consumo terá esgotado muitos minerais, como a prata, o alumínio e o urânio. Além disso, a água potável é outro recurso natural que também tende a esgotar, pois somente 2,5% das águas são doces e consideradas apropriadas para o consumo humano.

A produção de alimentos, segundo a projeção do MIT, também tende a ficar restrita e limitada, na medida em que existe um limite físico das terras cultiváveis. Além disso, a tendência é que se use cada vez mais fertilizantes e pesticidas, trazendo, portanto, outras implicações para a qualidade da vida humana. O colapso ambiental

tende a chegar na sua forma mais austera no ano de 2100, no qual, a fome e a morte em larga escala serão as consequências. A redução drástica da população, deixará ainda os sobreviventes em situação caótica, na medida em que a biodiversidade, os recursos naturais e os alimentos, serão escassos.

O cenário caótico ambiental, muito em breve tenderá a ser sentido e a escassez, se as projeções dos Meadows *et al* (1978) estiverem certas. Em conjunto, tem-se ainda a previsão do aquecimento global e todas as consequências maléficas que a previsão do aumento da temperatura acarreta. Tanto no derretimento de geleiras, quanto no aumento do nível dos oceanos, desastres naturais, desaparecimento das cidades costeiras e assim por diante. Segundo a Organização não Governamental (ONG) WWF (2017), a redução do gelo do Ártico já é uma realidade vislumbrada há 16 anos consecutivos.

Diante de todos esses entraves ambientais e do inegável poder humano de modificar o ambiente, é que se preconiza que as próximas crises cíclicas do capital tenderão a se materializar em catástrofes ambientais. Prejuízos estes como o aumento no número de desastres e das consequências do aumento da temperatura na Terra. Segundo dados do IPCC (2013) de 1901 a 2010, o mar aumentou, em média, 19 cm, em decorrência do derretimento das geleiras. Assim como, já se constou um aumento de quase 1,2° C na temperatura média global entre os anos de 1880 a 2019, segundo o GEO-6 (2019).

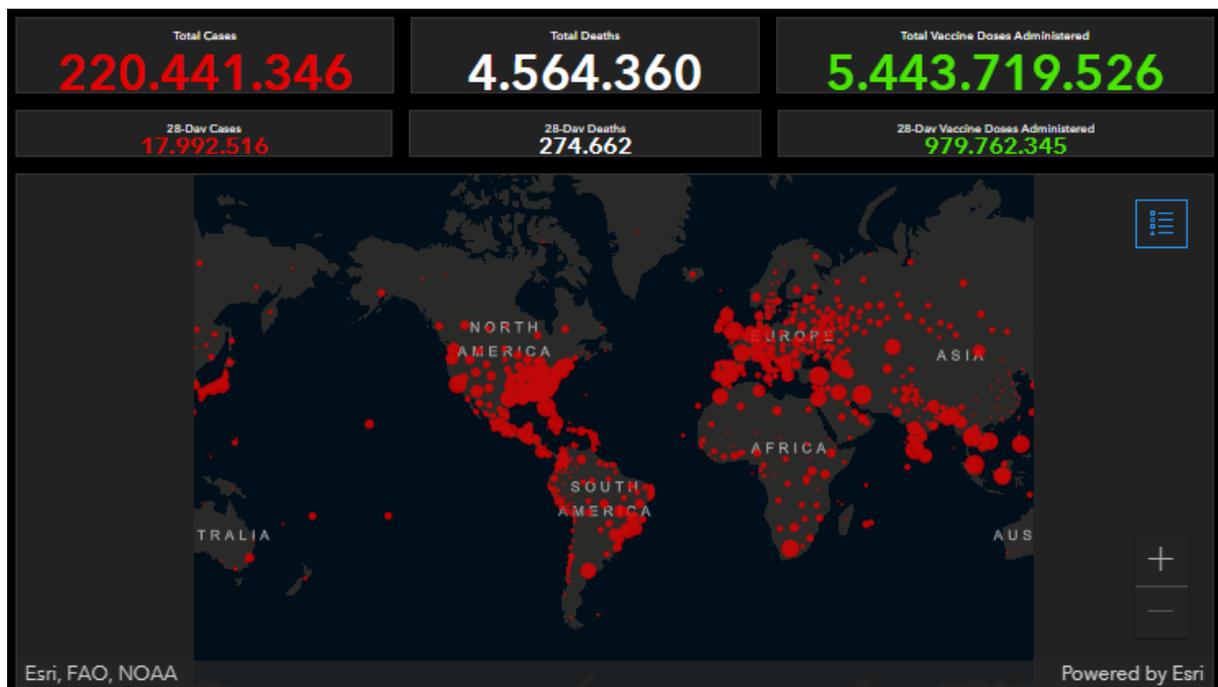
É certo, portanto, que tais modificações possuem interferência antrópica; eis que, mesmo que a Terra possua ciclos de aquecimento e resfriamento naturais, a escala temporal geológica é muito aquém das mudanças atuais visualizadas. Assim também, como os dados analisados no GEO-6 e no IPCC (2013) analisam com 95% de certeza que interferência humana é causa dominante do aquecimento terrestre atual. Logo, trata-se da acentuação da crise ambiental, e por isso, necessário “uma ação urgente em uma escala sem precedentes para deter e reverter essa situação, protegendo a saúde humana e ambiental e mantendo a integridade atual e futura dos ecossistemas globais” (GEO-6, 2019, p. 4, tradução nossa).

COVID e crise cíclica do capital: *preview* do colapso ambiental?

O ano de 2020 restou mundialmente afetado por um vírus altamente infeccioso que se alastrou. A pandemia, ocasionada pelo vírus Sars-Cov-2, foi a mais severa do século XXI, até o momento. A rápida contaminação que o mundo contemporâneo possibilitou, graças a sua rapidez e globalização, demonstrou que a humanidade do tempo presente não está preparada para uma crise ambiental de grande magnitude.

A crise global tende a ser catastrófica e mortífera. Estatísticas falam em mais de 5 milhões de mortos no mundo, enquanto que o número de contaminados aponta mais de 220 milhões de pessoas, conforme o mapa atualizado diariamente pela a Universidade Johns Hopkings (EUA), disponível *online* (<https://coronavirus.jhu.edu/>):

Mapa Pandemia Coronavírus em setembro de 2021



Fonte: Universidade Johns Hopkings (set/2021).

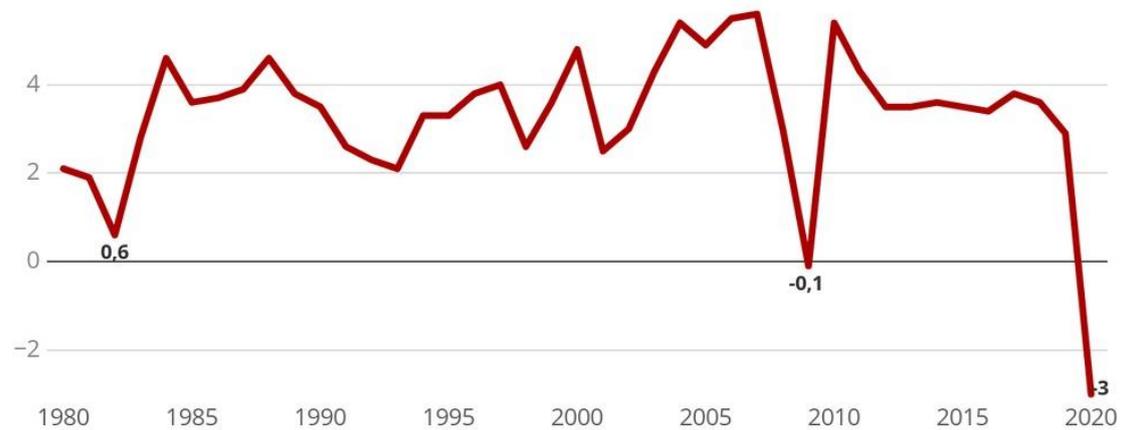
A rápida dissipação do vírus, bem como a sua letalidade, fez com que muitos países adotassem a política de *lockdown*, qual seja a de fechar o comércio e determinar que as pessoas ficassem em casa, impossibilitando assim, a circulação do vírus. Economicamente, as projeções são de que os prejuízos superem a grande depressão, de 1929. Estima-se o recuamento global de -53% do PIB, enquanto que no Brasil a

recessão tende a beirar em -5,3%, segundo projeções do FMI (Fundo Monetário Internacional) no ano de 2020:

Gráfico da Recessão Mundial (1980-2020)

Economia deve registrar a maior recessão desde a Grande Depressão

— Desempenho do PIB global; dados em %

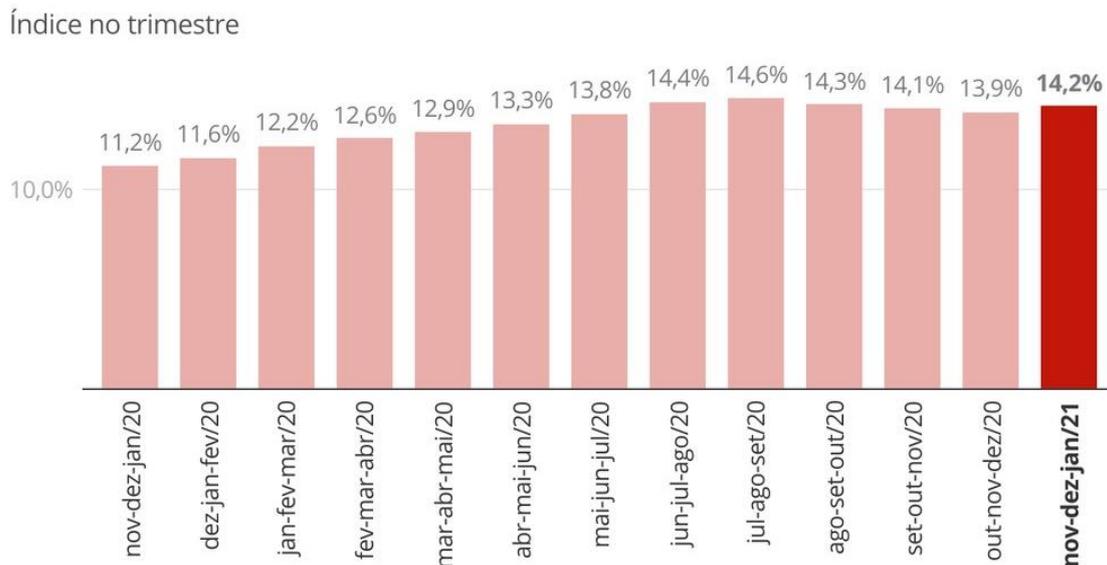


Fonte: FMI

Fonte: FMI apud GERBELLI (2020).

O efeito dominó que a Pandemia ainda trará para o cenário mundial, resta-se incerto. O que se pode antecipar, no entanto, é que o ano de 2020 mostrou, novamente, que a concentração de renda e a ideologia neoliberal tendem ao fracasso. Isto porque, a injeção de dinheiro na economia mostrou-se necessária em quase todos os países do mundo. No Brasil, por exemplo, o montante que o governo teve que injetar na economia foi de quase R\$ 510 bilhões, incluindo aí o auxílio emergencial e os gastos com saúde e outros tantos (SENADO FEDERAL, 2020). A evolução na taxa de desemprego no Brasil, também é outra realidade decorrente dos impactos da Crise de 2020:

Evolução Taxa Desemprego 2020-2021



Fonte: IBGE (2021) *apud* ALVARENGA (2021).

A reprodução do capital, deste modo, desde a década de 80 com os ditames do neoliberalismo, cresceu por 40 anos incessantemente (PIKETTY, 2020). Ocorre que, uma Pandemia de magnitude tal qual a vislumbrada no ano de 2020 e 2021, evidencia que não há na Terra suporte para frenesi econômico capitalista, pois este tende a sua autodestruição. Se faz necessário, assim, soluções para os problemas sociais e ambientais. O desenvolvimento econômico a todo custo precisa ser revisto dando lugar a um novo paradigma ambiental em nível global.

Para o filósofo indígena Ailton Krenak (2021), a pandemia é uma reação à exploração da natureza na medida em que correlaciona o surgimento do coronavírus com o modelo civilizatório destrutivo da Terra. Para Krenak (2021) os eventos climáticos poderão desencadear novas surpresas, graças ao antropocentrismo exacerbado contemporâneo. Além disso, o pensador critica a forma com o que o ser humano defronta a pandemia, pleiteando vacinas e buscando resultados efetivos somente para a sua espécie. Isto porque, não se analisa a totalidade do ecossistema e os impactos para os outros seres vivos.

As consequências que a reprodução incessante do capital traz para a natureza, ainda que não intencionais, não podem ser reincididas *ad eternum*. E, tal constatação advém de uma análise racional de sobrevivência humana. O século XXI exige uma

reformulação do sistema vigente e uma educação ambiental crítica ao estilo de vida contemporâneo. Isto porque, se no século XX tão somente injeção de dinheiro na economia salvou o sistema das ruínas, o século XXI demanda ações práticas e efetivas ambientais. É no século XXI, assim, que o sistema econômico se depara com a derradeira crise, a crise ambiental, que se encontra acima do seu poder de alcance.

Por uma educação ambiental emancipadora

O mundo pós-pandemia ainda é uma idealização. O que se observa é que o desequilíbrio homem-natureza não havia, até o momento, encontrado um oponente tão intenso materializado nos efeitos da Pandemia. As consequências não se limitaram na seara econômica, mas também se irradiaram nas condições políticas e sociais. Ambientalmente falando, a Crise de 2020 pode significar um alerta ambiental e, por isso, não pode ser tratada com descaso pelos governantes. Um novo Estado, necessita inexoravelmente ascender. Estado este, que segundo Harvey (2020), deve ser impulsionado pela massiva injeção de dinheiro na economia.

Além disso, Giddens (2010) e Beck (2010) apontam para a necessidade de políticas ambientais a nível global. A iminência de desafios ambientais em um lapso temporal pequeno demandam também um Estado assegurador, que é “aquele que tem a capacidade de produzir resultados definidos, um Estado em que não apenas seus cidadãos podem confiar, mas com o qual também podem contar os dirigentes de outros Estados” (GIDDENS, 2010, p. 27). Tal Estado deve fortalecer os instrumentos legais de preservação e uso ambiental.

Neste sentido, conforme pondera Harvey a proposição ambiental “deve ser anticapitalista”, ao passo que ela é uma real ameaça na reprodução incessante do capital (HARVEY, 2016, p. 234). Além disso, os hábitos da sociedade contemporânea que ainda privilegiam uma cultura do efêmero e da obsolescência programada precisam ser superados. Assim também como grandes empresas que priorizam o lucro acima de qualquer coisa, mesmo que isso ocasione a destruição ambiental, precisam de mecanismos legais que imponham a utilização de tecnologias limpas e sustentáveis ao ambiente.

A questão ambiental no ano de 2021, engloba elementos peculiares e distintos a serem considerados. Isto porque, além da crise atual ser sanitária, a iminente crise ambiental não havia sido escancarada em 1930. Deste modo, somente a injeção de dinheiro não salvará o planeta de um colapso ambiental. E mais, a mudança dos hábitos da sociedade contemporânea inexoravelmente terá que ocorrer pelo viés crítico e pela educação emancipadora das questões ambientais.

Na ameaça de novas crises estruturais, bem como na vivência de uma crise sanitária, é que se advoga uma educação para além do capital, conforme os pressupostos de Mészáros (2008). Isto porque, educar não pode ser visto como uma mera transposição de conhecimentos ou tão somente preparar o ser humano para o mercado de trabalho. Trabalho este alienante e que tem como função manter a dominação humana. Ainda no pensamento de Mészáros (2008), a educação institucionalizada nos últimos 150 anos, precipuamente serviu para o fornecimento de conhecimentos e pessoal para a máquina produtiva e reprodução do capital. Desde modo, legitimou-se os interesses dominantes, transmitindo-os pela dominação estrutural e pela subordinação hierárquica sistematicamente impostas.

Logo, a educação ambiental aqui exposta, deve ser aquela que desperta o ser humano da lógica perversa do capital, bem como decifra, antes de tudo, as contradições inerentes à mercadoria (fetichismo) e da lógica usurária. Tal emancipação educacional se faz inexorável para uma mudança. A consciência de classe e a desalienação acerca das desuniformidades ambientais e, também, da cultura do descarte precisam ser superadas. Isto pois, na prática, a desigualdade do sistema se mostra fundamental para sua própria existência.

Ou seja, segundo Latouche (2009), se atualmente a pegada ecológica humana permeia em pouco menos de 2 planetas, tal corporificação somente ocorre porque a maioria permanece à margem dos padrões estadunidenses impostos. Se todos os países do globo tivessem a mesma demanda de consumo dos EUA, precisaríamos de 6 planetas. Isto quer dizer que, possivelmente já teríamos atingido o ápice dos recursos do planeta e o colapso.

Outra reflexão oportuna, é no que tange ao consumo de carne. Segundo Oliveira (2018), enquanto um cidadão angolano consome aproximadamente 24 quilos de carne por ano, o estadunidense consome em média 120 quilos. Ou ainda, na análise de Löwy

(2014), se o modo de produção e de consumo se expandissem na mesma proporção, as reservas de petróleo (conhecidas) mundiais, se esgotariam em dezenove dias.

Com base no exposto, a educação ambiental indelévelmente deve transpor a visão utilitarista econômica da natureza. Assim também como a capacidade de suporte do planeta deve ser respeitada, ainda que isso acarrete na diminuição dos lucros. O uso racional dos recursos naturais e a preservação da natureza devem ser o pilar fundante da mudança de paradigma. Além disso, a injeção de dinheiro estatal na economia no mundo pós-pandemia, deve voltar-se no fomento de mecanismos de tecnologias limpas e, também, na luta pela justiça ambiental.

Segundo Acselrad, Mello e Bezerra (2009), os recursos ambientais concentrados nas mãos de agentes poderosos e a distribuição desigual do descarte ambiental e da poluição, penalizam os mais necessitados. Isto pois, nas áreas periféricas e pobres, ocorre quase que a totalidade do descarte de lixos tóxicos e a instalação de indústrias poluentes. Além de que, frequentemente, ocorre a transferência do lixo dos países ricos para os pobres, ou ainda, das empresas altamente degradadoras e poluidoras para aqueles países com legislações mais flexíveis. Tal situação novamente castiga as áreas socialmente mais vulneráveis:

Não há, por certo, como chamar de progresso e desenvolvimento esse processo de empobrecimento dos que já são pobres. Pois a exploração ambiental das populações mais desprotegidas faz da concentração dos males sobre os mais pobres um meio de extração de uma espécie de “mais-valia ambiental” pelo qual os capitais se acumulam pela apropriação dos benefícios do ambiente e pela imposição do consumo forçado de seus efluentes indesejáveis aos mais pobres. Configura-se assim uma relação lógica entre a acumulação de riqueza e a contaminação do ambiente: certos capitais lucram com a transferência dos males ambientais para os mais desprotegidos (ACSELRAD, MELLO & BEZERRA, 2009, p. 77).

A luta ambiental deve caminhar conjuntamente com a educação ambiental e com a realidade atualmente vivenciada, qual seja da crise ambiental. O sistema capitalista, desse modo, tende a acumular crises e mazelas sociais. A forma com que a economia é

posta como mais importante que a vida, o ambiente, a biodiversidade e as relações sociais, tendem a sua autodestruição.

Deste modo, defende-se uma substituição, também, dos valores consumeristas e ideológicos atuais, em detrimento do ambiente e da sustentabilidade, que vem a ser uma “lei-limite da natureza ao crescimento econômico e que quer permear uma nova ordem econômica, constituindo-se num imperativo para a manutenção da vida humana no planeta” (STEFANIAK, 2016, p. 69).

A educação ambiental, neste sentido, é um dos pilares mais importantes para a modificação das estruturas sistêmicas atuais. No entanto, tal educação deve ultrapassar os padrões impostos atualmente, na medida em que deve despertar uma nova consciência ambiental, livre das amarras da reprodução do capital e do desperdício. A educação ambiental tem a missão de estabelecer prioridades e demonstrar as reais necessidades humanas, mediante a livre deliberação dos agentes envolvidos (ou seja, sem as amarras mercadológicas).

Conclusão

As mudanças dos padrões capitalistas impostos atualmente se lançam como desafios em um mundo pós-pandemia. É certo que a adoção de políticas sustentáveis vai contra os preceitos mercadológicos reproduzidos. No entanto, as lições que a pandemia escancara é que as forças naturais tem o condão de por em xeque todos os supostos progressos que o capital já conseguiu auferir. A magnitude da crise ambiental e a materialização dos seus efeitos em uma crise estrutural, seja mediante pandemia, resistências antimicrobianas, disruptores endócrinos, infecções virais, ou ainda, pelas mudanças climáticas, dentre outras, evidenciam a fragilidade humana perante o ambiente.

Deve-se buscar, portanto, alternativas que visem a diminuição dos impactos ambientais contemporâneos. Para tanto, defende-se uma educação ambiental que advogue a superação do círculo vicioso do desperdício e da escassez. A questão que deve nortear um novo paradigma cultural e educacional, tem de considerar que o frenesi da reprodução do capital e a destruição ambiental favorecem apenas uma minoria, ao passo que a grande maioria permanece a margem e sem auferir ganhos por isso. Neste

sentido, a esmagadora maioria da humanidade fica vulnerável e a mercê das consequências de um iminente colapso ambiental.

Por isso, a consciência das “contradições irreconciliáveis e os antagonismos que se manifestam na crise estrutural global do sistema” (MÉZÁROS, 2008, p. 76) necessita ser escancarada pelo viés crítico e emancipatório educacional. A educação ambiental deve ser ofertada a todos e todas, na medida em que a qualidade da vida humana afeta toda a população mundial. Além disso, é necessário a constante democratização das instituições e a adoção da disciplina da educação ambiental como diretriz curricular desde a educação básica. Deste modo, a educação para além do capital deve conduzir um caminho necessário e urgente, em especial no que tange ao uso da natureza.

A declaração da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na Conferência Mundial virtual de maio de 2021, que discorreu que “a educação ambiental deve ser um componente curricular básico até 2025”, lança uma esperança de uma possível transformação ambiental. Isto pois, como bem ponderou Audrey Azoulay (2021, s.p), diretora-geral da UNESCO, “a educação pode ser uma ferramenta poderosa para transformar nossa relação com a natureza. Devemos investir neste campo para preservar o planeta”.

A educação ambiental, portanto, deve libertar o ser humano das amarras hegemônicas neoliberais. A emancipação humana corresponde na alavanca de mudança, em especial por escancarar como o sistema destrói o ambiente e favorece a procriação da injustiça ambiental. Compreender os problemas ambientais e como o sistema capitalista fetichistamente oculta as nuances do produto para com a natureza, é uma forma de desalienação e, também, a esperança de um futuro ambiental melhor.

Referências

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AGUIAR, Leonel Azevedo de. **O discurso sobre meio ambiente na mídia alternativa: uma análise da revista Ecologia e Desenvolvimento**. In: 6º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho - Niterói, RJ, 2008. Anais (on-line). Rio Grande do Sul: UFRGS, 2008.

AGENDA 21 - **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**, 1992 - Rio de Janeiro. Brasília: Senado Federal, 1996. 585p.

ALVARENGA, Darlan. **Desemprego fica em 14,2% no trimestre terminado em janeiro e atinge recorde de 14,3 milhões de pessoas**. 2021. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/31/desemprego-fica-em-142percent-no-trimestre-terminado-em-janeiro-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 18 maio 2021.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: Rumo a outra modernidade**. 2. ed. São Paulo: 34, 2011. 383 p.

BONZI, Ramón Stock. Meio século de Primavera silenciosa: um livro que mudou o mundo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 2, n. 28, p.207-215, 01 dez. 2013. Semestral.

CASTRO, A.M. & DIAS, E. F. **Introdução ao Pensamento Sociológico**. 9. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1992.

COSTA, Lucia Cortes da. *et al.* **Reflexões interdisciplinares sobre as políticas sociais**. In: Pesquisa e Extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares Ponta Grossa: Uepg, 2014.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. Responsabilidade Social e Sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2011. 220 p.

DI GIOVANNI, Geraldo. **As Estruturas Elementares das Políticas Públicas**. Caderno de Pesquisa Nº 82, Unicamp: NEPP, 2009.

EARTH OVERSHOOT DAY (org.). **Infographics & Videos**. Disponível em: <https://www.overshootday.org/newsroom/infographics/>. Acesso em: 17 maio 2021.

FERNANDES, Sabrina. **Fundamentos do ECOSSOCIALISMO**. 2019. Tese Onze. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WcpZG3HkEtQ&vl=pt>. Acesso em: 18 ago. 2021.

FIORI, José Luís. Estado de bem-estar social: padrões e crises. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 7, n. 2, p. 129-147, dez. 1997. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73311997000200008>.

FUGA, Bruno Augusto Sampaio. **O ordenamento jurídico, o poder e a economia: instrumentalidade a priori e racionalidade a posteriori**. 2. ed. Londrina: Thoth, 2018.

GARCIA, Ana Saggioro. **Hegemonia e imperialismo: caracterizações da ordem mundial capitalista após a Segunda Guerra Mundial**. Contexto Internacional, Rio de

Janeiro, v. 32, n. 1, p. 155-177, jun. 2010. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n1/v32n1a05.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2021.

GERBELLI, Luiz Guilherme. **Com coronavírus, economia global deve ter pior desempenho desde a Grande Depressão**, diz FMI. 2020. G1. Disponível em:
<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/14/com-coronavirus-economia-global-deve-ter-pior-desempenho-desde-a-grande-depressao-diz-fmi.ghtml>. Acesso em: 18 maio 2021.

GIDDENS, Anthony (2004). «El estado del bienestar en una sociedad europea moderna» En: **IX Jornada d’Economia de Caixa Manresa** (2004: Manresa). Disponível em:
<http://www.uoc.edu/symposia/caixamanresa/jornadaeconomia/esp/giddens.pdf>. Acesso em 19 março 2018.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GRAMSCI, A. **Maquiável, a política e o Estado Moderno**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, Mike *et al.* **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra Sem Amos, 2020. p. 13-24.

HERRINGTON, Gaya. Update to limits to growth: comparing the world3 model with empirical data. **Journal Of Industrial Ecology**, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 614-626, 3 nov. 2020. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/jiec.13084>.

IPCC. **Alterações Climáticas 2013**: a base científica. Genebra: Unep, 2013. 210 p. (5). Parte da Contribuição do Grupo de Trabalho I para o Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas. Disponível em:
https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/03/ar5_wg1_spmportuguese.pdf. Acesso em: 25 ago. 2020. ONU, 2020

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY. **Coronavirus Resource Center**. Disponível em:
<<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>>. Acesso em 19 mai 2021.

KEYNES, John. Teorias alternativas da taxa de juros. In: IPEA (org.). **Clássicos de literatura econômica**: textos selecionados de macroeconomia. 3. ed. Brasília: Ipea, 2010. p. 55-72.

KRENAK, Ailton. **Humanidade vive divórcio da vida na Terra**. 2021. Entrevista DW. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/humanidade-vive-div%C3%B3rcio-da-vida-na-terra-diz-ailton-krenak/a-57015686>. Acesso em: 17 jul. 2021

KRUSE, Bárbara Cristina. **Direito à Cultura no século XXI**: percalços e desafios interdisciplinares. Maringá: Sinergia, 2021.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Conferências de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Funag, 2013. 202 p.

LEIS, Hector Ricardo. Ambientalismo e Relações Internacionais na Rio-92. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 79-99, 1993. Quadrimestral.

LÖWY, Michael. **O que é ecossocialismo?** São Paulo: Cortez, 2014.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MARXISTA, Dicionário (org.). **Plano Marshall**. 2021. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/p/plano_marshall.htm. Acesso em: 04 abr. 2021.

MEADOWS, D. H. et al. **Limites do Crescimento**. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

MÉZÁROS, Isteván. **A Educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Marcus Eduardo de. **Civilização em Desajustes com os limites planetários**. Curitiba: CRV, 2018.

PNUMA. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. Panorama Ambiental Global – GEO-5: Resumo para Formuladores de Políticas. 2012. Disponível em: http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/geo5_resumo_formuladores_politica_s.pdf. Acesso em 25 jul. 2020.

PIKETTY, Thomas. **Piketty: “A desigualdade no Brasil é da Europa no século 19**. 2020. Entrevista Agência PT com Thomas Piketty. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/601119-piketty-a-desigualdade-no-brasil-e-da-europa-no-seculo-19>. Acesso em: 20 jul. 2020.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

SACONI, Rose; ENTINI, Carlos Eduardo. **Com justificativa falsa, Iraque era invadido há 10 anos.** 2013. Estadão. Disponível em: <http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,com-justificativa-falsa--iraque-era-invadido-ha-10-anos,8951,0.htm>. Acesso em: 19 maio 2021.

SENADO FEDERAL (ed.). **Governo federal já gastou R\$ 509 bilhões no enfrentamento à pandemia.** 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/12/22/governo-federal-ja-gastou-r-509-bilhoes-no-enfrentamento-a-pandemia>. Acesso em: 05 maio 2021.

STEFANIAK, Jeaneth Nunes. **A Insustentabilidade Ambiental no Capitalismo.** 1 ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016.

UNESCO. **UNESCO declara que a educação ambiental deve ser um componente curricular básico até 2025.** 2021. Declaração de Berlim sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/unesco-declara-que-educacao-ambiental-deve-ser-um-componente-curricular-basico-ate-2025>. Acesso em: 05 set. 2021.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT ASSEMBLY (Cambridge). United Nations Environment Programme (Unep). **Global Environment Outlook – GEO-6:** summary for policymakers. **Cambridge University Press**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 1-28, 31 maio 2019. Cambridge University Press. <http://dx.doi.org/10.1017/9781108639217>.

WWF (ed.). **Nível de gelo no Ártico em 2017 é a oitavo menor da história.** 2017. Disponível em: https://www.wwf.org.br/informacoes/sala_de_imprensa/?60862/Nvel-de-gelo-no-rtico-em-2017--a-oitavo-menor-da-histria. Acesso em: 13 jul. 2020.

Recebido: 7/9/2021.

Aceito: 10/12/2021

Autores:

Bárbara Cristina Kruse
Instituição: Doutoranda Ciências Sociais - UEPG
E-mail: barbara@mkruse.com.br

Luíz Alexandre Gonçalves Cunha
Instituição: Professor associado – UEPG. Doutor em Ciências Sociais (UFRRJ)
E-mail: cunha@uepg.br